



Ano V, v.2 2025 | **submissão: 01/11/2025** | **aceito: 03/11/2025** | **publicação: 05/11/2025**

Pobre não pode fazer política: pacto político-oligárquico e a criminalização do pobre no panorama sociopolítico Angolano

The poor cannot participate in politics: the political-oligarchic pact and the criminalization of the poor in the Angolan socio-political landscape

Eduardo Sala - Doutorando em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Sociólogo.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6385378510960849>.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-7557-5915>.

E-mail: eduardosala200@gmail.com.

Resumo

De natureza interdisciplinar, esse artigo utiliza o tipo de pesquisa qualitativa, método de análise documental crítica. Trata-se de um texto que dialoga diferentes campos do conhecimento, como a Sociologia, Ciência Política, Ciências Jurídicas, Geopolítica e Educação a partir de uma dinâmica de relações de classe sob um olhar popular e afrocentrado. Para pesquisa documental, foram usados documentos oficiais do Estado angolano com vista o levantamento de dados socioeconômicos da população angolana levando em conta as suas variáveis. Depois de uma discussão geral com base nas literaturas afins, constatou-se que o pacto político-oligárquico – a criminalização política do pobre, é um problema de dimensão conjuntural em Angola. Isso significa que, para além dos integrantes do atual regime em vigor (MPLA) sob o qual recaí o maior diagnóstico da síndrome do comportamento sádico-social, inclui igualmente figuras políticas e politicamente expostas afetas ao principal partido da oposição (UNITA), bem como as formações políticas que se apresentam como alternativas aos partidos políticos tradicionais.

Palavras-chave: Angola. Velha guarda. Criminalização do pobre.

Abstract

Interdisciplinary in nature, this article uses qualitative research, specifically the critical document analysis method. It is a text that engages with different fields of knowledge, such as Sociology, Political Science, Legal Sciences, Geopolitics, and Education, based on a dynamic of class relations from a popular and Afrocentric perspective. For documentary research, official documents from the Angolan State were used to collect socioeconomic data on the Angolan population, taking into account its variables. After a general discussion based on related literature, it was found that the political-oligarchic pact – the political criminalization of the poor – is a problem of conjunctural dimension in Angola. This means that, in addition to the members of the current regime (MPLA), under whom the greatest diagnosis of the sadistic-social behavior syndrome falls, it also includes political figures and politically exposed persons affiliated with the main opposition party (UNITA), as well as political formations that present themselves as alternatives to traditional political parties.

Keywords: Angola. Old guard. Criminalization of the poor.

1. Introdução

1. 1. Conceito de discurso e diálogos com o tema

De acordo com Foucault (1996), o discurso é mais do que um simples desejo que se manifesta. O discurso configura em si mesmo um objeto de desejo. É um recurso de lutas, tensionamentos e conflitos do qual diferentes atores político-sociais procuram se apoderar. Dependendo do tipo, da forma e do fim pelo que é usado, o discurso tem força criadora, “produtiva, o discurso possibilita que as ideologias se materializem, torna-se perigoso na medida em que serve a interesses, consolida estratificações sociais, pode ser usado para excluir, marginalizar, discriminar.

Ano V, v.2 2025 | submissão: 01/11/2025 | aceito: 03/11/2025 | publicação: 05/11/2025

Discurso, nessa perspectiva significa poder” (Foucault, 1996, p. 10-17). Não à toa que, Orlandi (2007) considera que a análise do discurso se faz na contradição de relações, que o discurso produz um outro lugar de conhecimento e, dentro dos diferentes campos de especificidade, é carregado de um conjunto de elementos que incluem linguagens e padrões de disciplinas sociais ideologicamente orientados.

É a partir destes conceitos que analisamos o discurso *pobre não pode fazer política*, que tem sido reproduzido e sistematicamente normalizado no ambiente sociopolítico angolano. Assim como Foucault (1996), acreditamos que, mais do que simples discurso pelo discurso, tal discurso em específico representa um projeto de poder político-oligárquico em Angola. É um discurso que precede a materialização da institucionalização de uma estrutura política de matriz elitista-oligárquica quer ao nível de governo, quer no de oposição política e quiçá, da sociedade civil organizada.

Como o discurso tem força criadora e possibilita que as ideologias se materializem tal como diz Foucault (1996), o discurso *pobre não pode fazer política*, que é um projeto de marginalização, discriminação e estratificação social deve, se nos basearmos em Orlandi (2007) – e precisar ser combatido a partir do momento em que se manifesta como uma combinação de linguagens ideologicamente orientadas na sua forma embrionária, com vista a contrapor a consolidação da disciplinarização do pensamento social nacional aos interesses da classe política instituída que, é maioritariamente elitista e ideologicamente subalternizada aos ideais e interesses euro-ocidentais.

Como veremos na seção “discussão geral”, o discurso *pobre não pode fazer política* não surge do vácuo, pois é precedido por uma dinâmica geopolítica caracterizada um processo de assimilação passiva aos pressupostos político-ideológicos ocidentais por grande parte da elite política angolana, principalmente a dita velha-guarda. Trata-se de uma dinâmica de vassalagem político-ideológica combinado a alienação sociocultural, que afeta boa parte dos atores políticos angolanos de todas as organizações político-partidárias. Dentre todos os pressupostos em questão, o que mais se destaca é a importação e adoção da lógica *neoliberal* nos níveis institucionais, sociais e midiático, sendo este último o meio pelo qual os analistas político-sociais propagam os seus discursos e visão de país – geralmente a partir de uma métrica ocidental.

Portanto, os atores políticos devem, precisam ser pressionados e criticados a partir dos seus posicionamentos materializados em discursos. Dos programas de governo e votos parlamentares sem a necessidade de se esperar que desastres político-sociais e econômicos anunciados se materializem em forma de governo instituído para que, ao menos – tenham bom senso, revejam as suas intenções e programas virando-se para o povo, o soberano – ao invés defenderem interesses individuais, familiares, empresariais, dos governo (países de capitalismo central) e organizações financeiras ocidentais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM).

É a partir dessa combinação de fatores, como assimilação/vassalagem geopolítica, alienação sociocultural associados a ganância e a hipocrisia elitista que surge o pacto-político-oligárquico e,

Ano V, v.2 2025 | submissão: 01/11/2025 | aceito: 03/11/2025 | publicação: 05/11/2025

portanto, a criminalização do pobre nos meandros dos discursos sociopolíticos em Angola. É um discurso que, reiteramos, configura-se num projeto de poder. É um projeto que precisa ser prévia, e energicamente combatido enquanto discurso, enquanto intenção, enquanto cogitação para que se freie qualquer tentativa de institucionalização deste que pode ser classificado como um dos projetos mais sórdidos e maléficos da chamada velha-guarda política em Angola.

É preciso pontuar que, do mesmo jeito que se faz categoricamente crítico a atual turma de oligarcas no poder, em momento algum esse texto dará espaço à defesa de oligarcas corruptos, indivíduos ilicitamente enriquecidos ligados ao círculo de familiares e amigos íntimos do antigo presidente José Eduardo dos Santos. Pois, se trata de uma pesquisa focada no pobre, no povo, que ao contrário dos oligarcas, sequer possui três refeições ao dia, muito menos a capacidade de pagar por um advogado. É preciso pontuar também que em Angola, existem centenas de jovens detidos e condenados injustamente, porém, pobres demais para caírem nas graças da às vezes exageradamente incoerente e sensacionalista imprensa angolana.

1. 2. Breve contextualização histórica

Em 11 de novembro de 1975, a independência de Angola foi declarada na forma de um Estado de matriz marxista-leninista, com o país tendo sido nomeado oficialmente como República Popular de Angola. Como é característico da doutrina comunista, a iniciativa privada não era uma prática permitida no país e, o governo centralizado concentrava para si as competências de toda e qualquer iniciativa empresarial. Por este motivo, oficialmente não havia uma elite econômica privada em Angola, sendo o Estado o exclusivo detentor dos grandes e pequenos negócios (Angola, 1975). Em 1991, com o fim da República Popular de Angola (Estado socialista), cria-se uma Assembleia Constituinte, é formulada e adotada uma nova Constituição da República que passou a classificar o país como uma República Multipartidária de economia de mercado (Angola, 1992).

Porém, em torno disso, surge um problema de grandes dimensões, isto é – o país não tinha uma elite econômica doméstica, uma classe de empresários que a luz das teorias (neo) liberais, são os que dão forma e materialização a qualquer economia de mercado. Para que se ultrapasse o problema supracitado, a elite política angolana decidiu criar uma elite econômica artificial. Ou seja, grandes e médias empresas, bancos comerciais e imóveis de grandes portes outrora públicas e grandes somas de dinheiro foram simplesmente entregues para um grupo restrito de indivíduos, leia-se – pessoas politicamente expostas. Ou seja, a nova elite econômica de nova não tinha nada, pois, era e é parte da mesma elite política governante (MPLA), dos titulares de pastas públicas, seus familiares e amigos. É uma elite econômico-empresarial que enriqueceu da política (Sala, 2024).

Ano V, v.2 2025 | **submissão: 01/11/2025** | **aceito: 03/11/2025** | **publicação: 05/11/2025**

1. 3. Problematização

O enriquecimento com a política em Angola não é algo sui generis dos membros do partido no poder (MPLA). A principal diferencial seja, quiçá, o fato de que a maioria absoluta dos políticos afetos ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), fizeram fortuna praticando atos de corrupção, lançando diretamente as mãos sobre os erários, orçamentos e patrimônios materiais e imateriais do Estado durante décadas.

No que diz respeito as lideranças políticas da oposição, que não obstante terem patrimônios material e líquido menor aos dos dirigentes do partido no poder, é igualmente rica e/ou no mínimo pertencente a uma categoria que se possa classificar de classe média alta em Angola. Muitos destes são igualmente partes de uma categoria média-empresarial não originária, ou seja, são originalmente políticos, cidadãos que construíram seus patrimônios fazendo política. Isso significa que, assim como muitos membros do executivo de meio século, os atuais ricos e classes médias altas afetos a oposição vêm de famílias humildes, ou seja, são originários de famílias pobres e assim permaneceram até entrar na política, a partir da qual, uns grandes e outros médios, acumularam patrimônios.

A luz de todo o contexto supracitado, hoje, quer os ligados ao partido governante, quer os da oposição, são estes mesmos políticos originalmente pobres que enriqueceram da política quem têm proferido discursos como: *pobre não pode fazer política, pobre não tem capacidade para fazer política, pobre não serve para fazer política etc.* Dada a origem dos patrimônios desta gente, fica patente que a hipocrisia subjetiva em tais discursos traduz-se numa das mais flagrantes características do *pacto político-oligárquico* que ostraciza a classe, e a descendência da classe humilde-trabalhadora em Angola.

Faz-se necessário destacar que, além das regalias obtidas, bem como dos patrimônios construídos as custas do dinheiro público mantido pelos impostos do povo pobre trabalhador que hoje procuram desdenhar marginalizando-o dos espaços de poder, muitos destes políticos auferem de aposentadoria vitalícia obtida dentro de ínfimos dois mandatos parlamentares integrais (duas legislaturas, 10 anos), fazendo de Angola um dos últimos e únicos países do mundo a manter salários vitalício para deputados. O que por si só já é um escárnio, se tratando de um país imensamente desigual que tem se debatido com uma crise financeira-orçamental por anos.

É necessário destacar também que, algumas destas figuras têm recrutado os próprios filhos e familiares recém-licenciados (graduados) na política. Isso aponta para o fato de que, para além da manutenção dos próprios privilégios em si, se trata igualmente de uma estratégia de elitização transgeracional dos espaços de poder. Essa elitização tem se mantido, e pretende se manter em detrimento da imobilização político-social da descendência das classes sociais de base. O discurso *pobre não pode fazer política* é parte dessa estratégia de estratificação transgeracional dos espaços de poder em Angola.

Ano V, v.2 2025 | **submissão: 01/11/2025** | **aceito: 03/11/2025** | **publicação: 05/11/2025**

2. Metodologia e resultados

De natureza interdisciplinar, esse artigo utiliza o tipo de pesquisa qualitativa, método de análise documental crítica. Trata-se de um texto que dialoga diferentes campos do conhecimento, como a Sociologia, Ciência Política, Ciências Jurídicas, Geopolítica e Educação a partir de uma dinâmica de relações de classe sob um olhar popular e afrocentrado. Para pesquisa documental, foram usados documentos oficiais do Estado angolano com vista o levantamento de dados socioeconômicos da população angolana, levando em conta as suas variáveis (ex: faixa etária).

Numa primeira instância, analisamos o relatório do Instituto Nacional de Estatística (INE) do ano 2020 que versa sobre a pobreza multidimensional em Angola. Neste documento em específico, analisamos o nível de pobreza com base nos indicadores de acesso, ou privação do acesso à serviços básicos de natureza multisetorial, como por exemplo, o acesso a água potável (inclusive nos serviços de saneamento). Ainda, no mesmo documento, analisamos os níveis de incidência de pobreza com base na variável faixa etária. Num outro documento do INE correspondente ao mesmo ano, que versa sobre o inquérito das receitas e despesas como indicadores de pobreza, analisamos a média da quantia monetária da qual sobrevivem a maioria das famílias angolanas, com base no cálculo do câmbio correspondente em dólar estado-unidense, por hora moeda de reserva, portanto, de referência internacional utilizada neste tipo de estudo.

Em terceiro lugar, analisamos o relatório do INE de 2021 concernente aos indicadores de emprego e desemprego em Angola. Neste documento, analisamos a taxa de desemprego total (a nível nacional) e a percentagem de desemprego correspondente a variável faixa etária. Um outro documento analisado, foi a Constituição da República de Angola, mais especificamente os seus artigos 4º, que determina o requisito universal para o exercício do poder político no país. E o artigo 23º, que versa sobre o princípio da igualdade em Angola.

Também analisamos as leis constitucionais de 1975 (República Popular de Angola) e 1992 (República de Angola), com vista a evidenciar as diferentes formas de organização socioeconômica do Estado angolano ao longo da história de acordo com os contextos político-ideológicos então instituídos. Além disso, fizemos algumas revisões bibliográficas pontuais com base em recortes de alguns debates acadêmicos feitos na área. Depois de uma discussão geral com base nas literaturas afins, constatou-se que o pacto político-oligárquico – a criminalização política do pobre, é um problema de dimensão conjuntural em Angola. Isso significa que, para além dos integrantes do atual regime no poder sustentado pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) a quem recai a maioria cota de responsabilidade, inclui igualmente figuras políticas e politicamente expostas afetas ao principal partido da oposição – a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), bem como as formações políticas que se apresentam como alternativas aos referidos partidos políticos tradicionais.

Ano V, v.2 2025 | **submissão: 01/11/2025** | **aceito: 03/11/2025** | **publicação: 05/11/2025**

O pacto político-oligárquico é um conluio subjetivo, um acordo não verbalizado intra-velha guarda. Isto é – um pacto não documentado entre os diferentes atores políticos geralmente pertencentes a velha guarda, que vivem e servem-se da política, de regalias provenientes do dinheiro público, do mesmo Estado que pretendem mínimo para os outros, entenda-se – para mais da metade da população angolana, maioritariamente jovens, o povo. É um pacto de víboras, e assim sendo, precisa ser derrubado justamente com a entrada na política daqueles que a elite retrógrada pretende obstruir ao propagar, reproduzir e tentar normalizar o discurso segundo o qual *pobre não pode fazer política* – isto é, a população periférica, que é jovem e maioria entre as variáveis demográficas.

Tais discursos evidenciam que, a classe política angolana deixou-se ser assimilada por uma ideologia política/socioeconômica nascida já decomposta e, viciando-se com o sabor da putrefação elitista, se apropriou do que mais há de pior nela, dá mais podre e desprezível característica do neoliberalismo – *a criminalização do pobre com o pacto político-oligárquico* com vista manutenção do *status quo*. O pacto da prepotência, da hipocrisia, da arrogância e da ganância.

A situação com o MPLA tornou-se indiscutivelmente insustentável em Angola. As rosas do vento apontam para o fato de que, não tardar o partido dos camaradas terá que partir para a oposição, é um desfecho simplesmente inevitável, cujas tentativas de se evadir dele poderão levar a uma instabilidade política sem precedentes salvo os 27 longos anos de guerra civil. O que não é do interesse dos angolanos nacionalistas/africanistas de todos os segmentos políticos e sociais.

Nesta senda, esse texto faz uma antevisão da Angola a ser (re) construída no pós-alternância, alertando sobre os riscos de se incorrer aos mesmos vícios e programas institucionalizados pelo atual regime. É uma reflexão para agora, não para o pós-próximo poder instituído conforme alegam alguns analistas. Faz-se necessário analisar os discursos e programas de governo dos potenciais futuros governantes para que se ajustem e se comprometam com o povo e somente com este.

É uma chamada, senão mesmo uma exortação ao povo angolano para que não se exima, nem se deixe ser excluído no processo de transição pós-regime da situação, para que as rédeas da refundação dos princípios basilares (orientadores) do Estado não caiam exclusivamente nas mãos dos políticos da hora. Nenhum político e/ou organização política pode sequer cogitar que tem o povo nas mãos, *pois é perigoso*. Esta é uma chamada para que o povo se imponha, assuma as rédeas do protagonismo político e, como diz o ilustre Reverendo Ntoni-A-Nzinga – “*para que sentemos e nos acordemos sobre que tipo de Angola queremos ser*”.

3. Análise sociológica e jurídico-legal

3.1. Análise sociológica

O relatório do Instituto Nacional de Estatística (INE) 2020 indica que, de acordo com os dados baseados nos índices de privação no acesso e obtenção do registro civil (bilhete de identidade

Ano V, v.2 2025 | submissão: 01/11/2025 | aceito: 03/11/2025 | publicação: 05/11/2025

de cidadão nacional), a qualidade da habitação em que reside o agregado familiar, o acesso a água apropriada (água potável) e a falta de combustível adequado para cozinhar, mais da metade da população angolana é pobre, pois é a média correspondente a quantidade de angolanos sem o acesso a estes serviços básicos. A taxa de incidência da pobreza corresponde a uma percentagem de 54%, o que significa que 5 em cada 10 angolano é pobre (INE, 2020).

Ainda, segundo os dados do INE, 41 de cada 100 angolanos vive abaixo da linha pobreza, sobrevivendo com uma quantia financeira correspondente a 12.181 Kwanzas por mês (USD 13,28 ou R\$ 71,40) (INE, 2020). Se calcularmos isoladamente os dados do INE (2020) concernentes a incidência da pobreza de acordo com a variável por faixas etárias, esse valor pode chegar aos 70,9% entre os jovens de 18 a 35 anos. Quanto ao desemprego, a taxa correspondente é de 30,6% da população a partir dos 15 anos. Entre a faixa dos 15 aos 24 anos, esse valor corresponde a 55,3% dos desempregados (INE, 2021).

Ou seja, mais da metade da população angolana é pobre, e fora as crianças (as vítimas primárias), os jovens compõem o grupo etário de maior incidência de pobreza e da taxa de desemprego no país. O que significa que, mais do que discriminar, o discurso *pobre não pode fazer política* criminaliza mais da metade da população de Angola, jovens em sua maioria, taxando-os sumariamente de inaptos e corruptos em potencial. Sem meias voltas, não faremos recurso de palavras bonitas para descrever tal situação, que simplesmente não pode ser romantizada. O fato é que, estamos diante de uma descarada e flagrante criminalização do pobre, portanto, da maioria da população e da juventude, ao invés de uma criminalização da pobreza e dos dirigentes corruptos que a produzem e potencializam.

É essa a lógica neoliberal que a elite do atraso (Souza, 2017) nacional tem importado para Angola. Uma elite que, vivendo num país que está nas condições em que se encontra Angola, não abre mão dos exorbitantes privilégios de que auferem, esbanjam e servem-se do dinheiro público enquanto, simultaneamente, procuram excluir do setor de que se servem ao invés de servir (a política) a maioria esmagadora dos angolanos, o soberano povo.

Não é por acaso que, trata-se de políticos maioritariamente pertencentes a velha guarda (antigos, mais velhos), muitos dos quais retrógrados com ideias ultrapassadas, que se vendem e se autopromovem como pseudo-intelectuais e analistas sociopolíticos de proa no panorama sociopolítico nacional. Neste texto, sem autocensuras e/ou reticências, procuraremos desvendar estas fraudes disfarçadas de políticos removendo as máscaras de amiguinhos do povo com as quais se encobrem e, uma vez feita, revelar os rostos da hipocrisia, da prepotência e da ganância por detrás delas em “praça pública”.

3. 2. Análise jurídico-legal

Antes de tudo, é necessário explicar e elucidar que não cabe, nem deve caber aos políticos, analistas e figuras politicamente expostas que se servem do dinheiro público determinar quem deve ou não entrar na política, muito menos usando-se da “classe social” como métrica. É preciso lembrar para esses senhores, alguns dos quais juristas, de que, segundo o artigo 4º, alínea 1 da Constituição da República de Angola (CRA) que determina o requisito universal para o exercício do poder político, “o poder político é exercido por quem obtenha legitimidade mediante processo eleitoral livre e democraticamente exercido, nos termos da Constituição e da lei” (Angola, 2010, p. 4). Em momento algum a carta magna faz referência a classe social.

Segundo o artigo 23º da Constituição da República que versa sobre o princípio da igualdade, na sua alínea 1 diz que todos são iguais perante a constituição e a lei. Já o número 2 é bem mais detalhista porque, dentre outras condições, diz objetivamente que ninguém pode ser discriminado em função da sua *condição econômica ou social*:

Ninguém pode ser prejudicado, privilegiado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da sua ascendência, sexo, raça, etnia, cor, deficiência, língua, local de nascimento, religião, convicções políticas, ideológicas ou filosóficas, grau de instrução, *condição econômica ou social* ou profissão (Angola, 2010, p. 11).

Segundo o artigo 53º (Acesso a cargos públicos), número 1 da Constituição da República (Angola, 2022, p. 20) “todo o cidadão tem o direito de acesso, em condições de igualdade e liberdade, aos cargos públicos, nos termos da Constituição e da lei”. Já o número 3 do mesmo artigo diz que, “no acesso a cargos eletivos, a lei só pode estabelecer as inelegibilidades necessárias para garantir a liberdade de escolha dos eleitores e a isenção e independência do exercício dos respectivos cargos”. No *artigo 145º* que dispõe sobre inelegibilidade na categoria deputados, a sua alínea e determina que são inelegíveis a deputados os cidadãos que “tenham sido condenados com pena de prisão superior a dois anos” (Angola, 2022, p. 51)

Salvo outras situações ligadas a questões como incompatibilidade de cargos, o elemento de inelegibilidade de maior relevância é o cometimento de crime e a consequente condenação. Portanto, ao classificar arbitrariamente o pobre como inelegível a partir do discurso *pobre não pode fazer política*, a parte retrógrada da elite nacional autora e reprodutora de tal discurso se coloca acima da constituição e, de forma sumária e inescrupulosa, criminaliza o pobre. Ou seja, o discurso segundo o qual *pobre não pode fazer política* é inconstitucional e, portanto, uma criminalização sumária do pobre, mais da metade da população angolana majoritariamente jovem. Consequentemente, é um discurso que incrimina os seus autores e reprodutores porque tal como prevê a constituição da República, é uma prática discriminatória e incriminatória, portanto, ilegal.

Ano V, v.2 2025 | **submissão: 01/11/2025** | **aceito: 03/11/2025** | **publicação: 05/11/2025**

4. Debate sociopolítico e geopolítico: discussão geral

Numa primeira instância, faz-se necessário observar que, ao contrário do que muitos pensam equivocadamente, nos planos econômico e social, o MPLA não é um partido de esquerda, não mais, se é que alguma vez o foi. Aliás, mesmo no campo político, está longe de ser uma organização social-democrata. Tornou-se hoje numa anomalia política sem identidade, cujo fim único é o poder pelo poder, sem metas de resolução de problemas sociais, assemelhando-se as ações econômicas e sociais de partidos políticos de extrema direita mundo a fora que, como a literatura e os acontecimentos evidenciam, guiam-se pelo prisma da vassalagem aos EUA e são em sua essência pró-ocidentais.

Um exemplo recente disso foram as peças teatrais, simulacros, como a tentativa de arrolar o líder pan-africanista Ibrahim Traoré, alvo preferencial do regime fascista de Trump em África, de uma suposta tentativa de golpe de Estado em Angola, ou de jogar as recentes subversões sociais a uma suposta conspiração russa, ações que remetem o regime angolano a um *modus operandi* euro-ocidental muito bem evidenciado, numa tentativa desesperada de atrair empatia das multidões, bem como de uma classe de analistas político-sociais ocidentanófila, que reproduz narrativas ocidentais como se de verdades absolutas e incontestáveis se tratasse.

O ano de 2017 marca o abandono da estratégica política do não alinhamento, a míope virada do Estado angolano sob a esfera de influência ocidental e, conseqüentemente, a adoção de políticas econômicas e sociais neoliberais adotadas por um presidente evidentemente inadequado para o cargo, de tão complexado e incompetente, entreguista desprovido de qualquer visão geopolítica funcional, um desastre anunciado. Em Angola, a retirada descoordenada e impulsiva da subvenção aos combustíveis sob as ordens do FMI, o aumento das taxas de energia e luz, e demais medidas neoliberais do governo de João Lourenço têm gerado sucessivas manifestações organizadas pela sociedade civil. No geral, tudo isso e muito mais tem despoletado descontentamento popular seguido de protestos, sendo o mais inédito deles a greve dos taxistas ocorridas nos dias 28, 29 e 30 de julho de 2025 em que, grupos alheios a classe dos taxistas apropriaram-se do momento, tendo resultado em atos de vandalismo e saques de bens públicos e privados.

Embora de todo condenáveis os atos supracitados, em sua declaração a nação no dia 01 de agosto de 2025, o Presidente da República limitou-se em condenar as conseqüências, reproduzir teorias das conspirações sobre uma suposta mão invisível de inimigos internos e externos sem, no entanto, tocar nas causas-raiz do problema, que constituem violências mais do que simbólicas (Bourdieu, 1989), objetivas, diretas e concretas. Que são: o aumento do preço dos alimentos e perda do poder de compra da população numa primeira instância, seguido da falta de acesso à educação e saúde, da falta de abertura democrática, como a transparência da Comissão Nacional Eleitoral (CNE) e a institucionalização das autarquias locais.

Daí que Paulo Freire, em sua obra *pedagogia do oprimido*, Freire (1987, p. 23), questiona:

Ano V, v.2 2025 | submissão: 01/11/2025 | aceito: 03/11/2025 | publicação: 05/11/2025

“como poderiam os oprimidos dar início à violência, se eles são o resultado de uma violência? Como poderiam ser os promotores de algo que, ao instaurar-se objetivamente, os constitui?” Em resposta as questões levantadas, o próprio autor responde dizendo que “não haveria oprimidos se não houvesse uma situação de violência que os conforma como violentados, numa situação objetiva de opressão” (Freire, 1987, p. 23). Assim sendo, em primeira e última instância, é o governo angolano o opressor, sendo as subversões sociais uma reação a cinco décadas de violências em que são acometidos os sofridos povos de Angola que, subjaz, vivem sobre uma mina de ouro, cujos dividendos com os quais só têm sonhado.

Aliás, as detenções e condenações em massa feitas ao arpejo da constituição e da lei e, o mais grave ainda, a inércia do presidente da República com relação às mortes que resultaram dos excessos cometidos pela Polícia Nacional atestam que, como temos vindo a destacar, vigora em Angola um regime de governo despota, cuja manutenção no poder só pode ser explicada pela correntemente denunciada prática de fraudes eleitorais, fabricadas por meio de uma CNE partidarizada. Pois que, nenhum governo democraticamente eleito sobrevive a tamanho índice de descontentamento e reprovação popular. Quando o Presidente da República elogia as ações de uma polícia que se mostrou sobretudo mortal e não republicana, revela o temor do próprio regime que vendo-se ameaçado, recorre agora a política do terror e de morte, aplicando aquilo que Mbembe (2016) chama de necropolítica. Tudo isso e muito mais, configuram características de um regime de governo que se possa nomear de, no mínimo, autocrático e autoritário¹.

Os angolanos, perplexos e pávidos em sua maioria, não conseguem perceber porque o autodeclarado e tão aclamado mundo civilizado (Ocidente) faz tanto descaso das ações do regime, uma vez que, os foi vendido por décadas a fio a falsa crença de que, é aquele o polo guardião dos valores democráticos, dos direitos humanos e do bem-estar social dos povos a nível mundial – Farsa essa desmascarada com a participação destes no genocídio levado a cabo pelo sionismo israelense em Gaza e a inércia diante da crise humanitária no Sudão. Enquanto, cinicamente, praguejam aos quatros ventos sobre a agressão da Rússia à Ucrânia. Acreditamos que, para as chamadas democracias ocidentais, direitos humanos tornou-se hoje num pretexto de conveniência para se atingir determinados fins.

¹ Durante o regime de João Lourenço, tem se verificado fortes semelhanças com o modus operandi Eduardista, senão mesmo alguns recuos sem precedentes na história da República Multipartidária. A Assembleia Nacional e os Tribunais, órgãos de soberanias segundo a constituição angolana, passaram a ser tuteladas diretamente pelo Presidente da República, tendo suas decisões tomadas segundo as ordens superiores deste. A guarnição militar (UGP) pessoal do presidente da República tornaram-se numa força militar de fato, um aparato paramilitar pessoal as margens das Forças Armadas Angolanas (FAA). O fato é que, de António Agostinho Neto, José Eduardo dos Santos a João Lourenço, do partido único a República Multipartidária, o regime sustentado pelo MPLA tem se caracterizado por questões como: policiamento indiscriminado, perseguições de críticos e adversários políticos, falta de liberdade de manifestação, de imprensa, de expressão e de reunião, aparelhamento dos tribunais, do ministério público e dos demais órgãos judiciais. Aparelhamento das demais instituições de Estado e a política de nomeação em detrimento da eleição, nepotismo, monopólio econômico e de mercado, política de intimidação, culto à personalidade, bajulação e delapidação do erário público.

Ano V, v.2 2025 | submissão: 01/11/2025 | aceito: 03/11/2025 | publicação: 05/11/2025

O fato é que, diante do atual contexto geopolítico, todo cuidado é pouco para que não se confunda a luta contra um regime político nacional autoritário, com a necessidade de se aliar a figuras e organizações políticas euro-ocidentais assumida e conhecidamente africanóforas. Como por exemplo, elogiar um político fascista português pró-genocídio de palestinos em Gaza e perseguidor de africanos em Portugal, tal qual muitos já o fazem em Angola, por este atacar o regime autoritário de João Lourenço (MPLA) seria, por exemplo, como um soviético aplaudir o ultra ditador fascista e genocida alemão Adolf Hitler por este odiar Stalin. A questão é que, o problema nunca foi o ditador Stalin em si, mas sim, os obstáculos que esse representava ao projeto nazista de submissão, limpeza étnica e conquista da URSS e as riquezas que nela repousavam.

Direita ou esquerda, centro, extrema direita ou extrema esquerda, Angola não precisa de heróis euro-ocidentais e/ou orientais. Aliás, diz um velho ditado popular que de *“boas intenções o inferno está repleto”*. Qualquer mudança de paradigma deve partir de dentro, de acordo com os marcos da constituição e da lei, em respeito aos princípios da paz, da unidade, integridade territorial e da soberania nacional, pautados numa governança diversa e inclusiva onde todos se sintam representados, inclusive os membros do atual partido no poder.

Nesta senda, acreditamos que a educação, mais especificamente as Ciências Sociais afrocentradas, libertária e de/contra-colonial deverão exercer um papel patriótico de conscientização popular, cujas bases devem se pautar numa cosmovisão democrática participativa, conforme orienta a filosofia Bantu Ubuntu, a fonte do socialismo africano Bantu que, contrariamente a ditadura do proletariado de índole marxista, fomenta a democracia solidária das populações, com base no poder do povo para o povo. O fascismo, racista e supremacista em sua essência, não é confiável e jamais pode se configurar num aliado dos gloriosos povos de Angola em hipótese nenhuma! Nem mesmo diante das mais desesperadoras circunstâncias.

No que diz respeito a geopolítica econômica do atual governo, que tem se refletido na intensificação dos níveis de indignação da população, não podemos nos esquecer que o governo vassalo de João Lourenço (MPLA) em 2023, depois de uma reunião em Washington com o então chefe de Estado e líder do regime bipartidário norte-americano Joe Biden, retirou Angola da importante e estratégica Organização dos Países Exportadores de Petróleo - OPEP (Sala, 2024). De acordo com a DW, em 2025, o governo fantoche entregou para a Gemcorp -uma oligarquia multinacional financeira britânica, a primeira refinaria angolana construída de raiz (na Angola independente), a estratégica refinaria petrolífera de Cabinda. Segundo os dados oficiais, a Gemcorp detém 90% das ações da refinaria contra os míseros 10% do governo angolano por intermédio da Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola - Empresa Pública (SONANGOL E.P).

Diante de tudo isso, a questão que se coloca é: quais interesses realmente defende o regime fantoche de João Lourenço? Os eventos do seu consulado atestam que os do povo angolano não o

Ano V, v.2 2025 | submissão: 01/11/2025 | aceito: 03/11/2025 | publicação: 05/11/2025

são. Não à toa que em 2025, num programa transmitido via YouTube, Justino Pinto de Andrade, uma das lideranças nacionalistas ainda em vida salientou que: *“nós não dominamos o nosso país, os angolanos já não controlam a oferta de bens e serviços em Angola. Está a ver uma desnacionalização da nossa economia, perdemos o controle”*.

As autoridades angolanas pós-coloniais e atuais, tendo bebido das suas próprias experiências epistêmicas-revolucionárias como estudantes das então escolas do império, tornaram-se hoje opressoras dos ideais que os levou ao poder. É o fantasma da contra-revolução indígena (tradicional-popular) sobre o assimilado (aculturado-elitista). Os antigos revolucionários sob o prisma do poder popular e anti-imperial, hoje hasteiam em terras angolanas as bandeiras do neoliberalismo, do subalternismo e da vassalagem total ao Ocidente, traição melhor não há. Conforme diz Sanches (2011), “verifica-se que entre os mais fiéis aliados do opressor se encontram alguns altos funcionários e intelectuais de profissão liberal, assimilados, e um elevado número de dirigentes dos meios rurais” (Sanches, 2011, p. 365).

Outra coisa que não se pode deixar de pontuar é que hoje, é praticamente consenso entre a comunidade acadêmica angolana de que o regime político na situação faz deliberadamente descaso da Educação, uma vez que, é esse que tem acesso e faz a gerência dos recursos financeiros do país. Porém, a inércia que se verifica igualmente por parte da oposição política revela por si só um problema conjuntural, aliás, são estes que não perdem tempo em aprovar, em conluio com o regime, aumento de regalias para deputados e reclamam constantemente da suposta “insuficiência” dos próprios salários num país imensamente desigual, com cerca de nove milhões de crianças fora do sistema de ensino e 44% da população vivendo abaixo da linha da pobreza.

No presente ano de 2025, por exemplo, num programa de rádio de grande audiência nacional, entorno de uma discussão sobre os altos salários e regalias dos parlamentares, uma deputada afeta a bancada parlamentar da UNITA fez uma declaração sem filtro. Sem qualquer decoro, taxou o povo de ignorante e analfabeto por este não compreender o suposto trabalho árduo que os seus “pobres” representantes fazem dentro das luxuosas paredes do palácio da Assembleia Nacional. O irônico, mas lamentável, é que se desconhece qualquer tipo de projeto de lei submetido por estes mesmos deputados e os respectivos grupos que representam, que se propõe em dignificar o trabalho do professor universitário e da educação básica, da melhoria do sistema acadêmico e do reforço da investigação científica no país, com vista a resgatar esse mesmo povo que dizem representar da “ignorância” em que se encontra imerso.

É simplesmente preocupante quando ditos representantes do povo não consigam distinguir uma diferença básica entre descrever uma situação social real do país, como o analfabetismo, com o desprezível ato de chamar publicamente o povo de ignorante, uma ofensa verticalmente dirigida de cima para baixo, típico de uma elite política demasiado acomodada, autorizada e sem uma externa,

Ano V, v.2 2025 | **submissão: 01/11/2025** | **aceito: 03/11/2025** | **publicação: 05/11/2025**

portanto, autovigilância discursiva.

A arrogância e a aversão as críticas é igualmente uma síndrome de dimensão conjuntural entre a elite política do país, do regime e sua oposição que, na ausência de uma sociedade civil suficientemente forte e autônoma, com algumas organizações jaz cooptadas e tuteladas, se sentem acima de qualquer outra categoria e/ou classe, inclusive a dos acadêmicos e dos investigadores científicos. Em 1994, Neto (1994, p. 1), visivelmente indignada com os “pobres necessitados” inquilinos da casa, ou melhor, do palácio das leis, fez o seu desabafo a respeito em 1994. “E agora, senhores deputados? Terminaram por hora a visita dos parlamentares à universidade. Vimos uns bastante deprimidos, outros tão preocupados com o material desaparecido, que se esqueceram de falar no “desaparecimento” dos professores”:

E garanto-vos, leitores, que é muito mais difícil arranjar um bom professor do que cinquenta microscópios. Claro que, numa lógica mercantil, em Angola sai muito mais barato um professor (nacional): custa 20 dólares/mês, ou seja, 240 dólares para todo esse ano de 1994. É menos do que gastam num bom jantar de confraternização ou não “simples” traje (africano ou italiano, que importa?) algumas das pessoas que nos aparecem na televisão a chorar lágrimas de crocodilos pela triste realidade...E 200 dólares não é correspondente a um dia de ajudas de custo num vulgar viagem ao estrangeiro? (Neto, 1994, p. 1).

Esse comportamento da classe política angolana é típico da mentalidade neoliberal que vem neocolonizando o pensamento social nacional sistematicamente. O problema é que, a descolonização psicossocial e epistemológica esbarra com o fato de que, muitos cientistas e analistas sociais estarem mais preocupados em atacar países que fazem o tão importante contrapeso (equilíbrio de poder) a balança de poder unipolar ocidental. Condenam a invasão russa da Ucrânia e se calam diante do genocídio de milhares de palestinos (mulheres e crianças maioritariamente) levado a cabo por Israel em Gaza, bem como dos conflitos em curso no próprio continente africano. São *modus operandi* que, em pleno século XXI, revelam até que ponto pode chegar a corrupção mental e a imoralidade humana em plena era de internet e das plataformas digitais onde as coisas são, para dizer no mínimo, bastante óbvias e explícitas. Esse fato tem duas explicações possíveis: hipocrisia ou alienação dos ditos fazedores de opiniões.

Analistas e acadêmicos que, por solidariedade à lá Síndrome de Estocolmo ao ex-colonizador membro de um polo supremacista, ou sabe-se lá por que, procuram importar para Angola fobias de euro-ocidentais contra seus rivais geopolíticos tradicionais, além de preconceitos com base em pressupostos étnico-religiosos, sentimentos que em nada dizem respeito aos africanos que, aliás, têm mais razões sócio-históricas para desconfiarem e se demarcarem da esfera de influência ocidental. A retomada e atualização da política de não alinhamento, bem como a integração efetiva entre os Estados africanos, configura-se numa estratégia do movimento panafricanista que não obstante o

Ano V, v.2 2025 | submissão: 01/11/2025 | aceito: 03/11/2025 | publicação: 05/11/2025

tempo, se mantém bastante atual faz-se mais do nunca necessária.

O conto sobre a solidariedade inter-democracias em contraponto a liga do mal autoritária, coloca a sociedade em modo de espera, aguardando por um mítico libertador euro-ocidental quando de fato, a liberdade e democratização residem na conscientização popular interna e na integração interafricana, que só será possível com uma prática de ensino, pesquisa e do discurso sociopolítico ideologicamente orientados para o panafricanismo. Muitos analistas não percebem que a geopolítica é muito mais complexa do que se imagina, e que as alianças, tratados e memorandos (inclusive os acadêmicos-educacionais) não são necessariamente forjados com base nos modelos de regimes políticos que vigoram em cada país, antes, porém, priorizam-se as vantagens e os interesses estratégicos nacionais e supranacionais.

As Ciências Sociais, bem como o sistema acadêmico angolano como um todo precisam se atentar a um modelo de ensino e formação de orientação geoestratégica nacional, em estreita coordenação com os demais povos e Estados irmãos do continente, em contraponto do atual modelo que forma ocidentanófilos, portanto, indivíduos desprovidos de consciência crítica quando a questão em pauta é geopolítica e, mais especificamente, a geopolítica da educação e do conhecimento. O panafricanismo afrocentriza e coloca os africanos no centro das suas próprias produções intelectuais e materiais (Asante, 2016), deixando a luta de terceiros, a exemplo das disputas Ocidente vs Oriente como sendo, conforme se diz na linguagem corrente, “um problema deles”.

Mama (2010) observa que o africano deve ter uma leitura própria sobre a globalização, pois, os dados empiricamente coletados evidenciam a ineficiência das políticas neoliberais quando aplicadas no contexto das nações africanas. Tais evidências permitem problematizar e refutar as teorias hegemônicas que respaldam essas políticas que, embora pensadas e definidas a partir de fora, são aplicadas em África de forma acrítica, como se fossem universalmente válidas, que a autora chama de dogmática. “As análises que se proponham levar a sério os efeitos devastadores que tais políticas têm para o povo africano e que critiquem a bibliografia acadêmica que lhes subjaz deixam de ser um mero assunto acadêmico para serem um verdadeiro imperativo ético” (Mama, 2010, p. 604).

Infelizmente, na atual conjuntura política angolana, além do regime na situação, essa fórmula se aplica igualmente há algumas lideranças políticas da oposição que, pelo silêncio e a inércia que se verifica diante dos descabros levados a cabo pelo executivo entreguista, somado ao tempo que passam na ex-metrópole colonial concedendo conferências de imprensa as mídias porta-vozes do grande capital financeiro internacional, fica difícil entender se são mais angolanos ou portugueses e quais interesses realmente defendem. O exemplo disso, foi a recente declaração do presidente do maior partido da oposição, a UNITA, que em uma entrevista a um programa de rádio de grande audiência nacional, declarou que o modelo de política econômica que projeta para Angola é o *de*

Ano V, v.2 2025 | submissão: 01/11/2025 | aceito: 03/11/2025 | publicação: 05/11/2025

Estado mínimo, onde o mercado se autorregula.

A questão que se coloca é: Estado mínimo para quem? Se os atores políticos em Angola realmente almejam por uma política socioeconômica de Estado mínimo, que abram mãos das exorbitantes regalias de que usufruem a favor de mais orçamento para as necessidades do povo. Pois, não se faz políticas públicas eficazes de setores sociais estratégicos como a alimentação, educação e saúde, bem como dos setores macroeconômicos estratégicos (ex: energia) sem que se tenha um Estado forte e presente em algumas áreas para coordenar – como a segurança alimentar, e em outras para assumir integralmente as rédeas da oferta – que são os casos da educação, ciência, saúde e segurança energética.

É até certo ponto compreensível que, em tempos de modismo e seguidismo discursivo, marcado por uma luta de poder pelo poder onde a consciência histórico-social não tem vez, vezes em quando aparecerem por aí algumas figuras políticas que, em evidente gesto de oportunismo, politicagem e neocolonização geopolítica, se auto atribuírem a si e ao grupo que representam espectros políticos de conveniência, que por hora, são os que ascendem na arena política ocidental. Concordamos com a análise do jurista Rui Verde, que numa de suas colunas no portal *Maka Angola*, diz que “em Angola, não é a oposição que se prepara para ganhar as eleições – até porque não há sinais de propostas estratégicas da UNITA capazes de superar as dificuldades do país e melhorar o bem-estar dos angolanos”. No final das contas, é o próprio governo opaco e desqualificado que, mergulhado em uma psicose político-institucional, se recusa em enxergar a realidade deplorável em que submeteu e vive a população, promovendo a sua própria oposição.

Alguns analistas e políticos vão mais longe, tecendo elogios a figuras “no mínimo detestáveis” como Salazar, ultra ditador-fascista e racista radical português e a demais figuras políticas de extrema-direita na atualidade que, como se sabe, são representantes da internacional fascista no século XXI. Hoje, normalizou-se e faz-se apologia as fake news, analistas descomprometidos com as normas científico-acadêmicas e ética deontológica-jornalística nomeiam e justificam a propagação de mentiras como estratégia política de líderes ditos normais, recorrendo a exemplo de políticos vigaristas e inescrupulosos como Trump e seus serviços ideológicos mundo a fora que, embora democraticamente eleitos – estão longe do espectro democrático e possuem tendências políticas autoritárias de inclinações neonazistas e, no plano econômico, ultra-neoliberais.

Por exemplo, em outubro de 2025, um militante do MPLA tentou desesperadamente defender o regime a respeito dos questionamentos advindos do fato de o governador de Luanda, o principal centro político-econômico e financeiro de Angola ser simultaneamente um empresário em pleno exercício dos seus negócios, recaindo sobre si suspeições quanto ao conflito de interesses público-privados. Para rebater os críticos, o militante afeto ao regime recorreu ao exemplo do governo Trump como contra-argumento as suspeições levantadas. O que o militante do regime não sabe é que,

Ano V, v.2 2025 | submissão: 01/11/2025 | aceito: 03/11/2025 | publicação: 05/11/2025

de acordo com o economista Michael Hudson, em 2025, Scott Bessent, o oligarca que chefia a pasta do Tesouro (Secretário do Tesouro) do regime autoritário, ultra neoliberal e neo nazifascista de Donald Trump, foi acusado de conflitos de interesses por incorrer ao uso da máquina pública para satisfazer os próprios interesses privados/empresariais pelo congresso daquele país imperialista.

Na origem do escândalo, está o fato de o oligarca ser dono de uma fazenda que arrendava pelo valor de US\$1 milhão por ano no estado de Dakota do Norte, então usada na produção de soja, produto de cujo governo faz parte impôs uma taxa de importação recorde como medida punitiva aos países que não se curvam aos caprichos do governo imperialista de Washington D.C. Como consequência, o secretário foi obrigado a vender a propriedade, sendo que lhe foi estabelecido um prazo de execução da venda de até os meados de dezembro do referido ano. Como num toque de mágica, o Federal Reserve reduziu a taxa de juro no dia seguinte após a decisão. Além do caso supracitado, outras suspeições semelhantes ocorreram ao longo do governo Trump, como foi o caso, por exemplo, do oligarca (neo) fascista Elon Musk, cria do regime de apartheid na África do Sul, durante a sua gestão do dito MAGA.

No Brasil, por exemplo, um país emergente do Sul Global, têm surgido escândalos semelhantes a nível dos governos estaduais liderados por partidos políticos de extrema direita. O caso de maior destaque é o do Estado de São Paulo², unidade mais rica da federação e atualmente sob gestão de um governo extrema direita que possui conexões internacionais com o regime de Trump.

Relatórios de jornalismo investigativo dão conta que Renato Feder, o atual Secretário da Educação e ex CEO (PCA no contexto angolano) da *Multilaser* por 15 anos, fechou uma parceria com esta última, um negócio avaliado em cerca 400 milhões de reais a favor da *Multilaser*, com vista ao fornecimento de tablets e notebooks às escolas da rede estadual de ensino. Uma forma inovadora de desvios de recursos públicos para as empresas, apelidada como parceria público-privada pelos governos de extrema direita. A questão é que Renato Feder é, para além de ex-CEO da *Multilaser*, acionista da *Gagon LLC*, grupo empresarial que possui cerca de 28,1% das ações de *Multilaser* (Sala, 2025).

Assim como no governo político-empresarial de Trump, esse é um flagrante caso de conflitos de interesses público-privados que tem se verificado na maioria dos governos do gênero mundo a fora. Flagrantes casos de auto-favorecimentos, favorecimento de grupos empresariais com os quais se tem conexões e tráfico de influências. São atos que se possa chamar de no mínimo antiéticos e que, dependendo da legislação de cada país em que ocorrem – corrupção de colarinho branco. São esses tipos de governos de matrizes fascista-oligárquicos hoje apontados como exemplos a serem seguidos

² Não confundir com o atual Governo Federal encabeçado pelo Presidente Lula da Silva (PT), que é um governo de esquerda articulado com alguns partidos políticos de Centro-Direita.



Ano V, v.2 2025 | submissão: 01/11/2025 | aceito: 03/11/2025 | publicação: 05/11/2025

por alguns analistas sociopolíticos em Angola. Governos dos quais parte da elite política retrógrada e neocolonizada angolana recorre para justificar o seu atroz e fétido discurso *pobre não pode fazer política*.

São os perigos com que se depara uma sociedade em que parte dos acadêmicos e analistas, em detrimento de discutir ideias e projetos de nação, tendem a priorizar a adoção de figuras políticas nacionais e euro-ocidentais como ídolos. Atitude que, como se sabe, leva ao sectarismo e a desprezível prática do culto à personalidade que tanto se critica (e com razão). Muitas destas ações se devem porque em Angola, pensa-se equivocadamente que tudo o que vem do ocidente é exemplo a ser seguido e que, portanto, deve ser copiado e colado. Diante de tudo isso, é preciso dizer: é *o cúmulo do absurdo*, pois retórica política e discurso analítico têm, ou ao menos deveriam ter *limites ético-morais!*

Sanches (2011) observa que, muito por conta dos seus níveis de instrução e do conhecimento técnico-científicos, estes indivíduos tiveram – e têm a oportunidade de atingir os postos mais elevados do movimento de libertação e/ou atualmente, do regime político no poder e de lideranças políticas na oposição. Segundo a autora, é necessário estar vigilante, pois, de forma geral e intersetorial, “tanto no plano da cultura como no da política. Nas condições concretas e bastante complexas do processo do fenómeno do movimento de libertação, nem tudo o que brilha é ouro: dirigentes políticos - mesmo os mais célebres- podem ser alienados culturais” (Sanches, 2011, p. 363-364). Tudo isso nos leva igualmente a concordar com a declaração do jornalista investigativo Rafael Marques, que durante uma entrevista numa cadeia de *rádio*, declarou que as “*lideranças políticas em Angola são péssimas*”.

Infelizmente em Angola, de lados apostos da luta pelo poder se encontram dois partidos que aspiram um modelo de política socioeconômica que tem se mostrado desastrosa para todos os países em via de desenvolvimento em que foi implementada, particularmente em África. A nomear, o MPLA – que sequestrou e mantém refém a máquina política-estatal nacional. E a UNITA – sua arquirrival que, embora se lhe reconheça a posição de a principal força política de cuja capacidade eleitoral lhe permita fazer frente ao MPLA, tende a se mostrar possessiva ao se comportar como a proprietária-mor da categoria oposição e, assim se considerando, não perde tempo em atacar toda e qualquer nova força política e/ou civil-organizada que ousa se fazer existir no panorama sociopolítico nacional.

Além disso, ultimamente tende a incorrer aos mesmos erros cometidos pelo partido no poder no que concerne as práticas de bajulação, encerramento de fileiras e do culto à personalidade em torno da pessoa do “supremo líder”, intimidando e hostilizando jovens militantes aspirantes a liderança política interna e nacional, dividindo ao invés congregar. São forças políticas que, uma vez cegas pela arrogância e megalomania de que lhes são historicamente característicos, não conseguem perceber que além da indiscutivelmente importante alternância política, a democracia faz-se também com a diversidade de diferentes olhares sociopolíticos, com uma realidade política plural sem atores

Ano V, v.2 2025 | submissão: 01/11/2025 | aceito: 03/11/2025 | publicação: 05/11/2025

“divinamente” predestinados. Onde todos os segmentos da multicultural nação angolana se sintam representados e tenham possibilidade de múltiplas escolhas.

Aliás, é preciso destacar igualmente que, num país culturalmente diverso como Angola, assim como é o resto da África Sul-Saariana, os partidos políticos não podem se converter em ilhas de poder restritos a determinados grupos étnico-culturais. Já destacamos anteriormente (Sala, 2024), e mais uma vez reiteramos que, tal qual a africanidade dos angolanos reside na diversidade cultural dos povos de Angola, a angolanidade dos povos de Angola reside na africanidade que lhes é interior – e vice-versa. Não se pode confundir a valorização – o impulsionamento a afirmação das identidades étnico-culturais específicas dos angolanos com aquilo que Falola (2007) chama de *nacionalismos étnicos*. Isso porque, sem por um lado o primeiro representa a dinâmica natural e salutar das sociedades africanas, o último possui uma essência nefasta – resultando em assimetrias regionais, senão mesmo existenciais – tal como os movimentos secessionistas (com os quais não compactuamos) em África evidenciam.

Queremos com tudo isso dizer que, não se pode falar de um projeto de construção nacional sem que haja uma integração efetiva mais do que cultural, intercultural dos povos de Angola. Do mesmo modo, não é viável se traçar um projeto de construção de uma identidade nacional angolana sem que antes se estimule uma (re) tomada coletiva da consciência civilizacional africana dos angolanos a muito adormecida. Todos os atores, partidos políticos e organizações da sociedade civil angolana devem se atentar para estes detalhes.

O fato é que na sua generalidade, nenhum político ou agremiação política deve se sentir suficientemente confortável ao ponto de tecer comentários ofensivos contra o povo, defender interesses oligárquicos antipopulares sem teimar por consequências advindas de uma reação popular enfurecida. A confiança excessiva, bem como a passividade dos movimentos sociais diante dos comentários e dos discursos reproduzidos pelos atores políticos e politicamente expostos, gera um narcísico sentimento de excepcionalismo que dá lugar a arrogância e a prepotência. O discurso segundo o qual quem não governa deve ser isento de críticas é uma falácia que autoriza permissividades.

Todo autor político, uns em menor grau do que outros é, e deve ser um potencial alvo de críticas, embora as críticas de maior intensidade devam recair sobre aqueles que detêm o poder. A política não é para acrícos. Atores políticos fazem declarações, assim como partidos políticos apresentam programas de governação, dependendo dos discursos que fazem, como *o pobre não pode fazer política*, propostas de governo que apresentam, como o *neoliberalismo*, ou a forma como votam na Assembleia Nacional, como o *exorbitante aumento dos próprios salários* – poderão ser alvos legítimos de críticas.

Maturidade política é também ter coragem de se posicionar contra os desastres sociais



Ano V, v.2 2025 | submissão: 01/11/2025 | aceito: 03/11/2025 | publicação: 05/11/2025

anunciados em forma de discursos políticos e/ou programas de governação de potenciais futuros governantes, afinal, mais vale prevenir do que remediar, não é? Além das políticas socioeconômicas nefastas levadas a cabo pelo atual regime no poder, é preciso fazer-se universalmente vigilante, inteirando-se sobre os discursos, intenções e propostas de todo e qualquer ator ou grupo político, pois – segundo a Constituição da República (Angola, 2010), a soberania reside no Povo. Esse povo é maioritariamente pobre, esse povo é maioritariamente jovem, esse povo deve sim – não só se esgrimir sobre, mas como também entrar na política e fazer política.

Em Angola, políticas sociais neoliberais foram/estão sendo testadas e, com a situação social cada vez mais precária, já se pode dizer de forma convicta que falharam miseravelmente. As convulsões sociais abalaram os alicerces do regime como jamais antes visto na história contemporânea do país. Tudo isso marca uma nova problemática e com ela, uma nova fase de atuação teórico-metodológica das Ciências Sociais ainda em curso, cujo primeiro ciclo (o atual) fecha em 2026, nas vésperas do término do mandato do atual governo vassalo, responsável pela importação de tais políticas socioeconômicas desastrosas para o país.

O discurso segundo o qual *pobre não pode fazer política* evidencia que, a classe política angolana deixou-se ser assimilada por uma ideologia política/socioeconômica nascida já decomposta e, viciando-se com o sabor da putrefação elitista, se apropriou do que mais há de pior nela, dá mais podre e desprezível característica do neoliberalismo – *a criminalização do pobre* com o *pacto político-oligárquico* com vista manutenção do *status quo*. É o pacto da prepotência, da hipocrisia, da arrogância e da ganância.

Neste texto, escusamo-nos em nos aprofundar sobre os movimentos da agora tão famigerada *geração Z*, uma vez que, ao nosso entender, existe uma grande diferença entre alternância e transição com o reacionarismo. Ao contrário da transição político-ideológica, o reacionarismo é facilmente manipulável porque não possui um projeto, e/ou uma antevisão de sistema a ser instalado no pós-queda do então regime em vigência. A alternância deve se pautar numa revolução de ideias e na refundação dos pressupostos políticos, sociais, econômicos e culturais do Estado. Tem que ter base ideológica, projeto de nação.

Por isso é que, sob pena de o Estado cair nas mãos de uma casta de personalidades políticas oportunistas de índole duvidosas e, na mesma esfera de influência da ordem unipolar baseada em regras do subalternismo sociopolítico e econômico em que se assiste o hastear de bandeiras do imperialismo, qualquer alternância política deve ser ideologicamente orientada. Por isso é que, no lugar de clichês políticos horas na moda, com os seus 15 minutos de fama como os por hora tão propalados movimentos *geração Z*, somos adeptos dos novos movimentos políticos pendulares de ordem *panafricanistas*, liderados por jovens africanos ideologicamente orientados para o *nacionalismo africanista* – *o neo panafricanismo*.

Ano V, v.2 2025 | submissão: 01/11/2025 | aceito: 03/11/2025 | publicação: 05/11/2025

Aliás, é preciso também chamar atenção da velha-guarda que tende a usar a idade como métrica de legitimação de discursos para o fato de que, assim como ser jovem não se configura num pré-requisito de vitalidade política, o ser mais velho não se configura necessariamente num atestado de visão geoestratégica, idoneidade política e consciência histórica. Não basta vivenciar e saber o que se passou na Angola colonial e pós-colonial, é preciso saber interpretar e aplicar tal experiência vivida na atualidade. Para as gerações mais jovens, é preciso buscar orientação na história das grandes civilizações africanas pré-coloniais.

Uma vez espiritualmente descolonizado, orgulhoso de pertencer a uma civilização milenar de grandiosos feitos, o angolano deverá demarcar-se das linguagens autodepreciativas, como a famosa frase neocolonial “nos países civilizados”, em referência aos países ocidentais. Muitos sexagenários em diante – membros do governo, oposição política e sociedade civil reproduzem uma conceituação racista que os desumaniza e, nas suas alienações crítico-históricas e complexos que lhes são interiores, legitimam o discurso fascista-colonial e supremacista sobre a nefasta, e já refutada alegação da “missão civilizatória europeia em África”, transferindo-as para as novas gerações.

Assim como a criminalização do pobre, cidadãos angolanos autóctones de fato, os discursos de apologia ao colonialismo devem ser energeticamente combatidos. Não é, nem deve ser função do cidadão desdenhar do próprio país reproduzindo frases que ostracizam as nações outrora colonizadas e hoje neocolonizadas. Deve ser, antes pelo contrário, evidenciar e combater as falcatruas das elites nacionais predatórias e, dentro da sua área de especialidade, contribuir para o desenvolvimento nacional e regional. A crítica implacável contra o autoritarismo, a corrupção e a má governação perpetrados pelo MPLA deve ser feita sob o espírito do nacionalismo e do africanismo.

Por isso é que, a respeitabilidade aos mais velhos, uma prática tradicional e milenar africana não se configura, nem deve se configurar em sinônimo de passa-livre para que os mais velhos desqualifiquem a geração mais jovem ignorando os seus anseios e ideais de nação. No final das contas, quer se admita ou não, o futuro das nações e civilizações pertence aos jovens. Não há organização, instituição, entidade e país que se consolide, prospere e se afirme na comunidade das nações sem que se aposte na juventude. Na lei da rotatividade sócio-existencial, líderes (políticos, acadêmicos, civis) vêm e líderes vão, porém, às instituições permanecem e – assim sendo, demandam por novos técnicos, pensadores, gestores e estrategistas geopolíticos.

Diante de tudo isso, somos categóricos em propor que a terceira e as subseqüentes gerações de angolanos – que são maioritariamente jovens, devem abraçar as concepções de soberania e independência pautadas numa formação afrocentrada e, respectivamente, se recusarem a serem vítimas de uma situação político-social insalubre protagonizada por um pacto de velhas-guardas que servem-se a si e aos seus em detrimento daqueles que dizem representar. Uma velha-guarda subserviente aos antigos senhores escravagistas-coloniais, ultrapassada no tempo e no espaço,

Ano V, v.2 2025 | submissão: 01/11/2025 | aceito: 03/11/2025 | publicação: 05/11/2025

extremamente monopolista e intolerante a toda e qualquer narrativa que se lhe faça contraditório. Segundo Mbembe (2014), “de fato, por motivos mais ou menos válidos, muitos colonizados aceitaram tornar-se cúmplices conscientes de uma fábula que os fascinava em diversos aspectos” (Mbembe, 2014, p. 69).

Tais situações, assim como o principal discurso-problema deste texto levam àquilo que o filósofo eritreano Tsenay Serequeberhan chama de hermenêutica africana, isto é, a necessidade de se continuar os movimentos de libertação do continente africano, agora no contexto dos países africanos independentes, porém, sujeitos a novas dominações sob o prisma das colonialidades que alimentam o neocolonialismo euro-ocidental, com a plena anuência dos antigos sipaios, hoje nas vestes de autoridades políticas nacionais (Arredondo, 2012, p. 41-42). Esse novo movimento de libertação a que se refere Serequeberhan, não mais se dará por via de recurso as armas, mas sim, através de uma educação crítica-libertária, de/contra-colonial que vai além das fronteiras das instituições formais de ensino, em estreita coordenação com os movimentos sociais e grupos de pressão, onde as Ciências Sociais ocupam um papel central.

De qualquer forma, os feitos de figuras de referência mundial como Nelson Mandela (1918 - 2013) na África do Sul, ou Pepe Mujica (1935 - 2025) no Uruguai desmentem esse segmento da elite retrógrada nacional e indicam que, o pobre não só pode e possui capacidade para tal, mas como também deve entrar na, e fazer política. É um grupo que sabe, porém, finge não saber que a maioria da população angolana não é, e jamais será o reflexo dos políticos afetos ao partido no poder, nem deles que reproduzem tal discurso retrógrado. A juventude angolana não é o reflexo de uma dúzia de jovens afetos ao regime no poder, pelo que, não pode ser medida segundo a régua destes, nem da parte gananciosa e hipócrita da velha guarda que tende a questionar a integridade moral da maioria absoluta da população com base nos seus próprios limites e conflitos éticos-morais interior.

Esse, e todos outros fenômenos que vêm se desenrolando no panorama sociopolítico angolano atestam que, de forma determinada e articulada, personalidades saídas dos bairros e das zonas mais recônditas da imensamente desigual sociedade angolana, os príncipes jovens dos musseques devem destemidamente procurar se inserir na política nos níveis nacional, provincial e local. E sem reservas, desbancar a aliança de víboras preconceituosas/gananciosas que constitui a espinha dorsal do repugnante *pacto político-oligárquico* que criminaliza o pobre, mais da metade dos angolanos.

Hoje, os fortes ventos provenientes de recônditas paragens da África trazem em direção a região Centro-Sul do continente uma onda de movimentos político-populares de orientação panafricanista renovada, articulados por jovens líderes oriundos dos segmentos mais humildes das respectivas camadas sociais nacionais, de cuja fúria as elites gananciosas neocolonizadas não poderão escapar caso insistam na humilhação, e na obliteração dos futuros dos integrantes dos setores

Ano V, v.2 2025 | submissão: 01/11/2025 | aceito: 03/11/2025 | publicação: 05/11/2025

mais desfavorecidos do Estado. Atentem-se, velha-guarda, para que não sejam surpreendidos e pegos desprevenidos.

Quanto aos atores e agremiações políticas da oposição, não tenham ilusões – chega de falácias, simulações e populismos baratos enquanto votam a favor do aumento das verbas destinadas aos fundos partidários e anabolizam os próprios salários. Não há meios termos, basta de truques, só há duas opções – juntem-se as causas do povo, da juventude e do panafricanismo, ou serão desbancados e sucumbirão ao mesmo abismo em que jaz, desliza em queda livre o atual regime despótico no poder. Atentem-se, “excelências”.

Parabéns aos 50 anos de independência para todas (os) angolanas e angolanos, de Cabinda ao Cunene, do Mar ao Leste e na disporá!

Considerações finais

Aos atores políticos da velha guarda que se prestam ao papel de carrascos sociais, enquanto podem, abstenham-se dos discursos abusivos do tipo *pobre não pode fazer política* porque, mais do que ofender, criminaliza a maioria da população angolana. É este povo pobre que os senhores classificam como analfabeto, ignorante e inapto que paga os vossos estilos de vida luxuosos, de cujo sofrimento e condição de indignidade constroem as vossas fortunas. Os eventos em outras paragens de África evidenciam que, se os senhores, membros desse desprezível pacto político-oligárquico não se absterem de reproduzir tais discursos vexatórios e articularem-se contra o pacato cidadão angolano, não haverá partidos tradicionais, nem oposição política alternativa que prevalecerá em assegurar a fúria dessa juventude ostracizada que legitimamente – reivindicará a sua cota parte das riquezas deste sofrido, porém abençoado país onde se fazem a maioria absoluta da população. Saiam, ao menos uma vez, da zona de conforto, olhem e aprendam com os eventos África adentro e apressem-se, enquanto antes, em respeitar e servir o soberano povo! “Excelências”.

O discurso segundo o qual *pobre não pode fazer política* evidencia que, a classe política angolana deixou-se ser assimilada por uma ideologia política/socioeconômica nascida já decomposta e, viciando-se com o sabor da putrefação elitista, se apropriou do que mais há de pior nela, dá mais podre e desprezível característica do neoliberalismo – *a criminalização do pobre* com o *pacto político-oligárquico* com vista manutenção do *status quo*. É o pacto da prepotência, da hipocrisia, da arrogância e da ganância. Esse, e todos outros fenômenos que vêm se desenrolando no panorama sociopolítico angolano atestam que, de forma determinada e articulada, personalidades saídas dos bairros e das zonas mais recônditas da imensamente desigual sociedade angolana, os príncipes jovens dos musseques devem destemidamente procurar se inserir na política nos níveis nacional, provincial ou local e sem reservas, desbancar a aliança de víboras preconceituosas/gananciosas que constitui a espinha dorsal do repugnante *pacto político-oligárquico* que criminaliza o pobre, mais da metade dos



Ano V, v.2 2025 | **submissão: 01/11/2025** | **aceito: 03/11/2025** | **publicação: 05/11/2025**
angolanos.

Referências

ANDRADE, Justino Pinto de. *Temos de fazer diplomacia para dentro* - Justino Pinto de Andrade | AEF2025. Kwanza Economics. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2sytvtmPx-U&list=WL&index=1>. Acesso em: 16 out. 2025.

ANGOLA. *Angola tem soberania na refinaria de Cabinda, diz Governo*. DW. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-tem-soberania-na-refinaria-de-cabinda-diz-governo/a-73840509>. Acesso em: 16 out. 2025.

ANGOLA. *Lei Constitucional da República Popular de Angola*. Diário da República, Luanda, 11 nov. 1975.

ANGOLA. *Lei Constitucional*. Diário da República, Luanda, 16 set. 1992.

ANGOLA. *Pobreza multidimensional em Angola*. Instituto Nacional de Estatística – INE. Luanda, jul. 2020.

ANGOLA. *Relatório de pobreza para Angola: inquérito sobre despesas e receitas*. Instituto Nacional de Estatística – INE. Luanda, 2020.

ANGOLA. *Indicadores de emprego e desemprego: inquérito ao emprego em Angola*. Instituto Nacional de Estatística – INE. Luanda, jan. 2021.

ANGOLA. *Constituição da República de Angola: edição especial atualizada*. Tribunal Constitucional da República de Angola, 2022.

ARREDONDO, David Gomez. *Filosofia africana, modernidad y colonialidad: tres aproximaciones*. In: *Estudios sobre filosofía y cultura afro-americanas.*, 2012.

ASANTE, Molefi Kete. *Afrocentricidade como crítica do paradigma hegemônico ocidental: introdução a uma ideia*. Tradução: Renato Nogueira, Marcelo J. D. Moraes e Aline Carmo. *Ensaio Filosóficos*, v. XIV, dez. 2016.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

FALOLA, Toyin. *Nacionalizar a África, culturalizar o Ocidente e reformular as humanidades na África*. *Afro-Ásia*, n. 36, p. 9–38, 2007. Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HUDSON, Michael. *Falhas políticas em série minam o império*. Resistir Info. Disponível em:



Ano V, v.2 2025 | **submissão: 01/11/2025** | **aceito: 03/11/2025** | **publicação: 05/11/2025**

https://resistir.info/m_hudson/falhas_18set25.html. Acesso em: 5 out. 2025.

MAMA, Amina. *Será ético estudar a África? Considerações preliminares sobre pesquisa acadêmica e liberdade.* In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul.* São Paulo: Cortez, 2010. cap. 18.

MBEMBE, Achille. *Sair da grande noite: ensaio sobre África descolonizada.* Luanda: Edições Mulemba; Mangualde: Edições Pedagogo, abr. 2014.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica. Arte & Ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ*, n. 32, dez. 2016.

NETO, Maria Conceição da. *A Faculdade que os deputados não visitaram. Correio da Semana.*, Luanda, 1994.

ORLANDI, Eni. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.* 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

SALA, Eduardo. *Propostas para construção de epistemologias sociológicas endógenas: contra/decolonização do referencial teórico do ensino de sociologia e do subsistema do ensino superior em Angola.* Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

SALA, Eduardo. *Tecnologias educacionais: uma demanda da educação ou do mercado?* In: CABRAL, Alderlan Souza (org.). *Desafios da educação na contemporaneidade.* 19. ed. São Paulo: AYA Editora, 2025. v. 19, p. 70–85.

SANCHES, Manuela Ribeiro. *Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais.* Lisboa: Edições 70, 2011.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato.* Rio de Janeiro: Leya, 2017.

VERDE, Rui. *MPLA rumo à derrota em 2027.* Maka Angola. Disponível em: <https://www.makaangola.org/2025/08/mpla-rumo-a-derrota-em-2027/>. Acesso em: 31 out. 2027.